



**RESSURREIÇÃO
ADVOGADOS**

ESPECIALISTAS EM DIREITO
PREVIDENCIÁRIO



MANUAL DE ORIENTAÇÃO

Auxílio-Doença Negado?

Saiba como reverter a decisão do INSS e garantir o Benefício por Incapacidade Temporária.



Você Não Está Sozinho

A negativa do INSS não é o fim da linha

“

Sabemos o quanto é difícil estar doente, sem condições de trabalhar, e ainda receber um "não" do INSS. Essa situação gera angústia e insegurança financeira para você e sua família.

Mas queremos que saiba: a decisão do perito do INSS não é definitiva. Milhares de trabalhadores reverterem essa injustiça na Justiça todos os dias. Este manual foi feito para mostrar o caminho seguro para recuperar seu benefício.

Nossa missão é lutar pelo seu direito à dignidade.

Entenda o Benefício

Auxílio-Doença (Benefício por Incapacidade Temporária)

O que é?

É um benefício previdenciário pago pelo INSS ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.

- ✓ **Temporário:** Diferente da aposentadoria por invalidez, este benefício é pago enquanto durar a incapacidade de recuperação.
- ✓ **Qualquer Causa:** Pode ser decorrente de doença comum, acidente de qualquer natureza ou doença ocupacional.
- ✓ **Manutenção do Vínculo:** Durante o recebimento, você continua vinculado ao INSS e à empresa (se empregado).

Você Tem Direito Se...

Os 3 Requisitos Fundamentais



1. Incapacidade

Você deve comprovar, por meio de perícia médica, que está incapaz de realizar seu trabalho habitual por mais de 15 dias consecutivos.



2. Qualidade de Segurado

É preciso estar contribuindo para o INSS ou estar no "período de graça" (tempo em que mantém direitos mesmo sem pagar).



3. Carência

Ter realizado pelo menos 12 contribuições mensais ao INSS antes da incapacidade.

⚠️ Isento em caso de acidente ou doenças graves.

Por Que o INSS Nega?

Os erros mais comuns nas perícias administrativas



Documentação Incompleta

Atestados sem CID, ilegíveis, antigos ou sem a data estimada de afastamento são recusados imediatamente.



Perícia Superficial

Muitas vezes o perito do INSS mal examina o segurado, ignorando queixas e sintomas visíveis devido à pressa.



Erro Técnico

O perito do INSS é clínico geral e pode não entender a gravidade de uma doença específica ou ortopédica.



Inconsistência de Dados

Divergências entre o CNIS (cadastro) e a carteira de trabalho podem levar ao indeferimento automático.

A "Armadilha" da Alta Programada

O risco de perder o benefício sem aviso prévio



O que é?

Ao conceder o benefício, o INSS já fixa uma **Data de Cessação (DCB)**. O sistema presume que voc e estará curado naquele dia, independentemente da realidade.



Concessão do Benefício com
Data Final



Tempo Passa (Você continua
doente)



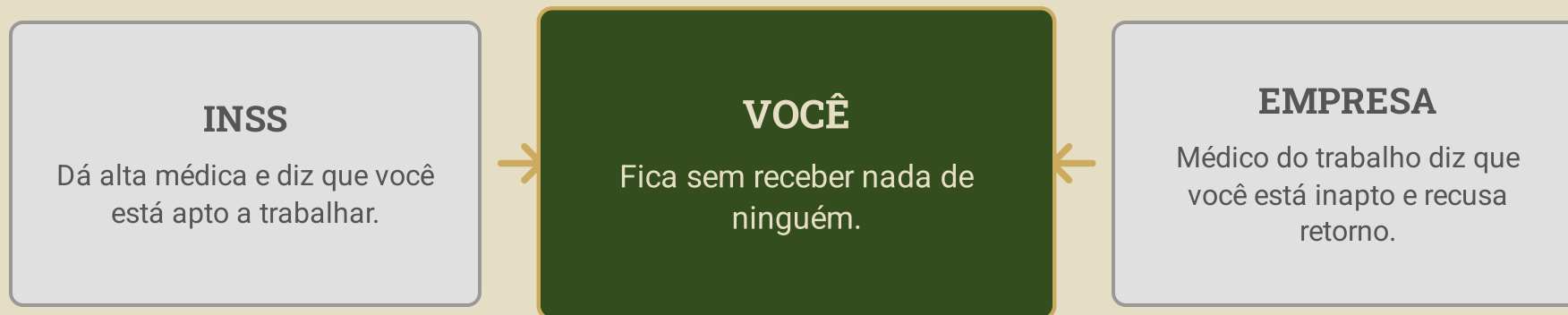
Corte Automático (Sem nova
perícia)



A Solu o: Você deve pedir a Prorroga o (PP) nos últimos 15 dias do benefício ou ingressar com a o judicial se o prazo já passou.

Limbo Previdenciário

Quando você fica sem chão: Sem salário e sem benefício



Essa situação é chamada de **Limbo Previdenciário Jurídico**. É ilegal deixar o trabalhador desamparado. A empresa tem o dever de pagar seus salários ou readaptá-lo, e o INSS não pode cessar o benefício se a incapacidade persiste.

👉 **Solução Judicial:** Ingressamos com ação para restabelecer o benefício e, se necessário, cobrar os salários e danos morais da empresa.

Recurso vs. Ação Judicial

Compare e veja qual é o caminho mais seguro



Aspecto	Recurso no INSS	Ação Judicial
Custo	Gratuito	✓ Honorários no Êxito
Taxa de Êxito	✗ Baixa (15-20%)	✓ Alta (70-80%)
Quem Avalia?	Perito do INSS (mesmo órgão)	✓ Perito Independente (Juiz)
Tempo Médio	30 a 60 dias	12 a 24 meses
Pagamento	Limitado à data da alta	✓ Integral + Juros e Correção

A Perícia Judicial Faz a Diferença

Por que suas chances aumentam na Justiça?



Imparcialidade Total

O perito é de confiança do Juiz e não funcionário do INSS. Ele não tem "meta" de negar benefícios.



Análise Completa

O exame é detalhado. O perito analisa todo seu histórico médico, exames antigos e a evolução da doença.



Especialização

Buscamos nomear um especialista na sua doença (ex: ortopedista, psiquiatra), diferente do clínico geral do INSS.



Visão Social

A Justiça considera sua idade, profissão e escolaridade. Uma dor nas costas afeta mais um pedreiro que um bancário.

A Justiça Está do Seu Lado

Decisões recentes garantem o direito do trabalhador

STF (Supremo)

Limbo Previdenciário: O STF reforça que o trabalhador não pode ficar sem renda. Se o INSS dá alta e a empresa recusa, a responsabilidade é da empresa.

TST (Trabalho)

Alta Programada: A Justiça do Trabalho entende que a alta automática é inválida se o trabalhador comprovar que a incapacidade persiste.

TRF (Federal)

Perícia Judicial: Os Tribunais Federais têm anulado perícias superficiais do INSS, garantindo nova avaliação com especialista.

80%

TAXA DE ÊXITO

Em ações de restabelecimento de benefício por incapacidade quando há erro na perícia do INSS.

O Que Você Precisa Reunir

Documentação Necessária para Análise



Médicos

- ✓ Atestados com CID e data
- ✓ Laudos de exames recentes
- ✓ Receitas de medicamentos
- ✓ Prontuário médico (se houver)



Pessoais

- ✓ RG e CPF
- ✓ Comprovante de Residência (atualizado)
- ✓ Carteira de Trabalho (CTPS)



Do INSS

- ✓ Carta de Indeferimento
- ✓ Extrato CNIS (Cadastro Nacional)
- ✓ Comunicação de Decisão

Como Funciona a Ação Judicial

O passo a passo até a sua vitória



Análise

48 Horas

Avaliamos seus documentos e a viabilidade do caso.



Ajuizamento

1-2 Semanas

Protocolamos sua ação na Justiça Federal.



Perícia

2-4 Meses

Avaliação com perito de confiança do juiz.



Sentença

6-12 Meses

Juiz decide com base no laudo pericial.



Pagamento

Imediato

Implantação do benefício e atrasados.

Quanto Tempo Demora?

Estimativa de prazos para cada etapa do processo



Análise Inicial

48 Horas

Tempo para nossa equipe avaliar seus documentos e confirmar a viabilidade da ação.



Perícia Médica

2 a 4 Meses

Média de tempo após o ajuizamento para ocorrer a perícia com o médico do juiz.



Conclusão

12 a 24 Meses

Tempo médio total até a sentença e implantação do benefício com os atrasados.

i Importante: Processos de idosos (60+) e portadores de doenças graves têm prioridade legal e tramitam mais rápido.

Por Que Nos Escolher?

Nosso compromisso com a sua causa



Especialização

Não somos generalistas.
Focamos exclusivamente em
Direito Previdenciário e
conhecemos cada detalhe do
INSS.



Risco Zero

Trabalhamos com honorários
no êxito. Você não paga nada
para entrar com a ação, apenas
uma porcentagem se
ganharmos.



Acolhimento

Entendemos sua dor. Aqui você
não é um número de processo,
é uma vida que precisa de
amparo e respeito.

Dúvidas Frequentes

Respostas para as perguntas mais comuns

Preciso pagar o advogado antes?

Não. Nosso escritório trabalha com contrato de êxito. Você não paga nada para entrar com a ação e só pagará uma porcentagem dos atrasados se ganharmos o processo.

O INSS pode cortar meu benefício judicial?

O benefício judicial tem data para acabar (DCB) fixada pelo juiz. Para cortar antes, o INSS precisaria convocar uma nova perícia e provar sua recuperação, o que é mais difícil.

Se eu falecer durante o processo, o que acontece?

O dinheiro não se perde. Os valores atrasados a que você teria direito serão pagos aos seus dependentes (pensão por morte) ou aos seus herdeiros legais.



Você Merece Justiça

“

*"A negativa do INSS não é o fim da linha. É apenas um obstáculo burocrático. **Sua saúde e sua dignidade não podem esperar.** A Justiça existe para corrigir esses erros."*

Não desista do que é seu por direito. Nós lutaremos por você.

Próximos Passos

Como enviar seu caso para análise gratuita

1



Fotografe

Tire fotos legíveis dos seus atestados médicos, laudos, RG e carta do INSS.

2



Envie

Mande as fotos para o nosso WhatsApp oficial. É rápido e seguro.

3



Aguarde

Nossa equipe jurídica analisará seu caso e retornará em até 48 horas.

Fale Conosco Agora

Clique no botão ou adicione nosso número

 (51) 99235-4828



Ressurreição

Advogados Associados

Bruna Ressurreição

OAB/RS 113.637

 (51) 99235-4828

 ressurreicaoadvogados@gmail.com

 @brunaressurreicaoadv

 @ressurreicaoadvogados